

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1020239-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **MILSON DO NASCIMENTO DOS SANTOS**
 Requerido: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

Milson do Nascimento dos Santos intentou ação de obrigação de fazer c.c. danos morais em face de Omni S.A.

Sustentou que realizou o financiamento de um veículo que terminou apreendido e ficou na posse da requerida. Ocorre que em data posterior, recebeu notificações de multa, percebendo que o carro não foi regularmente transferido, o que não pode perdurar, tendo gerado constrangimentos.

Em contestação, a financeira sustenta que o veículo foi apreendido em ação de busca e apreensão mas, depois, em virtude de acordo, foi devolvido ao autor. Assim, sustenta que o carro, quando da multa, estaria na posse do requerente, motivo pelo qual não possui qualquer responsabilidade.

Réplica às fls. 85/88.

É o relatório.

Decido.

Todos os elementos necessários à compreensão do feito já se encontram nos autos e, assim, o julgamento está autorizado.

O veículo discutido nos autos foi apreendido por ordem judicial expedida no feito nº 1010443.56.2014.8.26.0566, em 24/07/2015, como se percebe do documento copiado à fl. 25.

Ocorre que à fl. 20, se percebe decisão de acordo entre as partes, homologado judicialmente em 25/09/2015, o que levou à restituição do veículo ao ora requerente em 29/08/2015, o que se encontra demonstrado nos autos à fl. 27.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Somente na réplica, à fl. 86, veio a informação de que em outubro de 2015 o veículo foi novamente apreendido pela requerida. Aliás, apreendido é termo técnico que indica a existência de ato forçado, mas nada existe de demonstração nos autos, inclusive porque, a essa altura, não havia mais a busca e apreensão noticiada, que se encontrava extinta.

Assim, como dito, nenhuma mínima prova de que o bem foi novamente passado às mãos da requerida existe nos autos. É de se frisar que tal prova é de incumbência do autor, não sendo de se falar em inversão.

O requerente sustenta que o veículo não estaria na sua posse, sendo apreendido pela requerida e depois repassado a terceiro. Ocorre que uma apreensão (judicial), ou mesmo a entrega espontânea para minorar a sua responsabilidade por débitos é ato que se documenta e, assim, deveria o autor demonstrar que realmente o automóvel não mais estava consigo.

As provas juntadas aos autos indicam que o veículo foi entregue ao autor em agosto de 2015 (fl. 27), não havendo nada a evidenciar que em data posterior o carro saiu de sua responsabilidade, passando à da ré.

Dessa forma, o deslinde é evidente.

E nem se fale na necessidade de oitiva de testemunhas para se demonstrar o contrário, visto que, conforme exposto, caberia ao autor, por meio de documento, demonstrar que o carro foi repassado à ré, e isso não veio aos autos.

Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos iniciais nos moldes do artigo 487, I, do NCPC.

Custas e despesas processuais pelo autor, assim como honorários advocatícios ficados em 15% sobre o valor atualizado da causa.

Ao arquivo, oportunamente.

PRIC

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

JUIZ DE DIREITO

(documento assinado digitalmente)

São Carlos, 12 de julho de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**